





ANEXO I TERMO DE REFERÊNCIA

1 - DO OBJETO E DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1 - Locação de estruturas e acessórios de decoração para suprir eventuais necessidades relacionadas ao Gabinete do Prefeito e Vice do Município de Porteiras/CE, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, segundo as descrições do quadro abaixo:

Item	Especificação	Unid.	Qtde.	Valor unitário	Valor Total
0001	Toalha de mesa quadrada cobre manchas tamanho: 150 cm x150cm, tecido 100% poliéster Oxford, acabamento em barra maquina reta.		200	6,000	1.200,00
0002	cores: dourada, prata, branca, azul, verde, amarela, laranja. Toalha de mesa redonda de tecido liso tipo Oxford 100% poliéster,	UND	200	15,000	3.000,00
0003	300cm, acabamento com bainha industrial. Caminho de mesa, tecido poliéster, com estampa campestre rústico de				
	couro de vaca, 40cm x 200cm		6	2,800	16,80
0004	Toalha de mesa redonda com estampa campestre rústico de couro de vaca de tecido 100% poliéster, diâmetro de 300cm, acabamento com bainha industrial.		16	15,000	240,00
	Capa para Cadeira matelada de Plástico para Buffet, Comprimento total 90 cm, Largura do encosto 48 cm, Altura do encosto 44 cm, Largura do assento 40 cm, comprimento do assento 40 cm, tecido oxford Liso, 100% poliéster.	UND	500	4,000	2.000,00
0006	Manta rústica com franja, decorativa 100% algodão cru, tamanho 2,30 x 1,40 cor caramelo	UND	12	20,000	240,00
	Almofada 45cm x 45cm Espuma em Flocos, com capas de poliéster 100% estilo campestre rústico com estampa de pele falsa, acabamento:	UND	50	10,000	500,00
8000	Tapete redondo, antiderrapante, antialérgico, estilo campestre rústico com estampa de pele falsa dimensão: 100cm	UND	4	25,000	100,00
0009	Tapete retangular, antiderrapante, antialérgico, estilo campestre rústico sistema de fabricação - aspecto da superfície: buclê - sisal sintético: tecido - tear (jacquard)- composição da superfície: 100% sintético: (100% polipropileno fio roselan® solution dyed), altura aproximada da superfície: 6mm, dimensão: (L X C) 200cm x 300cm	UND	12	50,000	600,00
0010		UND	6	70,000	420,00
0011	Tapete retangular, antiderrapante, antialérgico, estilo campestre rústico 100% polipropileno,altura aproximada da superfície: 4mm,dimensão: (L X C) 3m x 6m		4	80,000	320,00
0012	Jarro coluna grande, modelo Taça Imperial, ouro envelhecido confeccionado com fibra de vidro e resinas, dimensão: (AxLxC) 110cm x 45cm x 45cm.		12	80,000	960,00
0013	Cachepot Caixote tipo caixa de frutas de madeira de pinus envernizada, Dimensão: (A xLxC) 48 cm x 29 cm x 26cm	UND	8	26,000	208,00
0014	Vaso Decorativo Metal flandre (Dourado) rendado nas bordas, pedrarias e alças, Tamanho:35x11x30cm	UND	5	36,000	180,00
0015	Vaso Modelo Roma em Fibra de vidro e resinas Estilo Vietnamita cores variadas envelhecidas. Dimensão: (A xLxC) 95 cm x 30	UND	10	75,000	750,00
0016	Jarro de vidro cristal Diamond grosso tipo Taça. Dimensão: (A XL) 70cm X 30cm, capacidade 5 litros.	UND	12	50,000	600,00
0017	Taça para bebidas Água/Suco, Material vidro, Capacidade de 200 ml	UND	500	2,000	1.000,00
	Taça para sorvete/sobremesa de vidro transparente linha Diamond, capacidade 180ml, dimensão (L X A XP) 10cm X 12cm X8, 2cm	UND	500	2,000	1.000,00
0019	Prato raso redondo – porcelana branco Diâmetro 26cm X Altura 3cm	UND	500	2,000	1.000,00
0020	Prato raso para sobremesa redondo – porcelana branco - Diâmetro: 20cm x Altura 3cm	UND	1000	2,000	2.000,00
	Xícara para Chá de louça branca com pires Dimensão: 12cm x 10cm, capacidade para 200ml		300	4,500	1.350,00
	Tigelas Cumbucas Branca Melamine Caldo Sopa Açaí Cor Branco,		300	2,500	750,00
0023	Kit de talheres: Garfo de mesa (2,5x20,7) Espessura do cabo 2,5mm, peso por peça 0,04 Kg e Facas de jantar (2x22,1) Espessura do cabo	UND	500	2,500	1.250,00







				,	
	2mm, peso por peça 0,04Kg, garfo e faca em aço inoxidável polido con prata.	1			
L	Colheres de Sobremesa Tamanho: 3,8cmx16, 5cm Espessura do cabo 1,4mm, peso por peça 0,031Kg, em aço inoxidável polido cor prata	UND	300	1,500	450,00
0025	Garfos de Sobremesa Tamanho: 1,9cmx16, 6cm) Espessura do cabo 1,4mm, peso por peça 0,018Kg, em aço inoxidável polido cor prata	UND	300	1,500	450,00
0026	2cm	UND	25	4,500	112,50
0027	Suqueira com Torneira e tampa de vidro Cristal Transparente Diamond - Capacidade: 3L Diâmetro: (A XL) 40cmX29cm	UND	10	30,000	300,00
0028	Suqueira com Torneira e tampa de plástico transparente, capacidade 2L, dimensão:18 x 18 x 30 cm.	טאט	12	16,000	192,00
	Jarra de vidro transparente linha Diamond com alça de vidro e tampa de plástico, capacidade3L, dimensão:18 x 18 x 30 cm.	UND	40	3,500	140,00
0030	Cesto com alça de fibra natural, forrado com tecido de algodão cru,Forma Retangular. Dimensões:6cmP x 20cmL x 7cmA	LIND	5	12,500	62,50
0031	Rechaud Inox retangular, 2 cubas 13 litros banho-maria Dimensão: 62 x 37 x 25 cm; capacidade: 5,5 kg	UND	4	50,000	200,00
0032	Rechaud Inox Redondo Banho Maria Aço Inox 5 Litros com Tampa. Dimensão: 35,1 x 34,79 x 27,1 cm; Capacidade: 3,5kg	UND	10	40,000	400,00
0033	e aditivo com Anti UV. Dimensão: (A X L X P) 72cm X70cm X 70cm	UND	100	5,000	500,00
	Cadeira básica plástica, sem braço Polipropileno, 4 pés, , empilhável - Largura: 44,5cm Altura: 89cm Profundidade: 52cmcapacidade 150kg	UND	500	2,500	1.250,00
0035	Cadeira tipo Katrina Paris - Assento de Madeira maciça,encerada, Dimensão: ALTURA: 86cmX LARGURA: 50cm X PROFUNDIDADE: 55cm - LARGURA DO ASSENTO: 45cm X 45cm - Peso suportado 200kg		80	25,000	2.000,00
0036	em polipropileno 100%, Peso suportado 180kg, Largura da cadeira: 40 cm, Peso máximo suportado: 180 kg, Altura da cadeira: 91 cm, Altura do assento a partir do solo: 45 cm	LIND	100	20,000	2.000,00
0037	Mesa retangular de Fibra e Resina, estilo Rococó Imperial Luiz XV, Comprimento: 200 cm. Largura x Altura: 90 cm x 80 cmParte superior do formulário. Resina Dourado Envelhecido Entalhe Esculpido Pintura Luxo	UND	12	115,000	1.380,00
	Mesa redonda de Fibra e Resina, estilo Rococó Imperial Luiz XV- Diâmetro: 120 cmX 90cm AlturaParte superior do formulário - Resina Dourado Envelhecido Entalhe Esculpido Pintura Luxo	UND	12	100,000	1.200,00
0039	Conjunto para Área Externa em Madeira Maciça com almofadas nos assentos. Sendo: 2 poltronas, 1 sofá/namoradeira e 1 mesa /centro, Especificações Técnicas Do Produto: Madeira Lyptos Grandi, Acabamento: Pintura em Stein Resistência: 120 (Kg). Dimensões: Altura da Mesa: 42,00 (cm) Largura da Mesa: 46,00 (cm) Comprimento da Mesa: 85,00 (cm) Altura Total das Poltronas: 79,00 (cm) Altura do Assento das Poltronas: 36,00 (cm) Largura Poltrona 01 Lugar: 50,00 (cm) Namoradeira: altura da Poltrona 02 Lugares: 105,00 (cm). Profundidade Assento das Poltronas: 45,00 (cm)	:	8	245,000	1.960,00
	Suporte desmontável para cortina de estrutura metálica de ferro redondo metalon 25mm de diâmetro x 2mm de espessura. Dimensão: (A X L) 250cm X 300cm	UND	20	16,500	330,00
0041	Cortina de tecido Oxford 70% poliéster e 30% algodão, cores diversas.Medidas: (L X A) 400cm X 280cm	UND	20	22,000	440,00
0042	TÚNEL INFINITY , material de chapa em acrílico com fundo infinito em led (3 HORAS POR EVENTO) - Voltagem: Bivolt Tamanho: 100cm Comprimento x 200 cm de Altura x100 CM Profundidade - Suporte de celular	UND	6	1.000,000	6.000,00
	- Controle sem fio				







	Capacidade Comp.	para Via	3 (a QR	4	pessoas Code	Câmera ou	lphone AirDrop		
Valor Total Valor Total								39.051,80		

- 1.2 O objeto da contratação tem a natureza de serviço continuo e enquadram-se no conceito de serviços comuns, conforme definido no inciso XIII do Art. 6º da Lei nº 14.133/2021, construindo-se em atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares à área de competência legal do órgão licitante, não inerentes às categorias funcionais abrangidas por seu respectivo plano de cargos.
- 1.3 O futuro Contrato terá vigência de <u>12(doze) meses</u>, contados a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
- 1.4 O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua utilização é continua e renovável, sendo a vigência plunanual mais vantajosa considerando a dificuldade de realização de diversos processos de compras sempre que demandado tal serviço.
- 1.5 A estimativa aqui apresentada é resultado de pesquisa de preços, com objetivo de identificar os preços praticados no mercado no período da contratação. Para tanto, buscou-se atender ao disposto na Instrução Normativa da SEGES nº 65/2021, a qual versa sobre o procedimento administrativo para a realização de pesquisa de preços, resultando em um valor total estimado de R\$ 39.051,80 (trinta e nove mil cinqüenta e um reais e oitenta centavos), obtidos através do MENOR PREÇO dentre eles, conforme mapa comparativo de preços anexado aos autos do processo.
- 1.6 Os valores estimados da futura contratação direta estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado, conforme exige o art. 23 da Lei Federal nº 14.133/21.
- 1.7 A Proposta de preços poderá ser anexada/apresentada conforme modelo constante no **Anexo II**, na forma e no conteúdo das exigências do Aviso de Dispensa de Licitação e seus Anexos.

2 - DA FUNDAMENTAÇÃO E DA DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

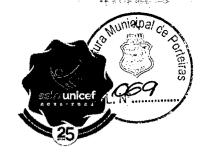
- 2.1 A contratação será realizada nos termos do inciso II do Artigo 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 e no Decreto Municipal nº 305, de 08 de março de 2023, enquadrando-se, como dispensa de licitação, com limite de valor.
- 2.1.1 Aquisição/contratação e a economicidade processual, ensejam que a contratação se dê por Dispensa de Licitação com fundamento no inciso II do caput do Art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021 (grifamos):

Art. 75. É dispensável a licitação:

- II Para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras (atualizado pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024).
- 2.1.2 Assim, visto que a presente contratação se enquadra nos moldes do contido no art. 75, Il da Lei Federal nº 14.133/2021 (atualizado pelo Decreto nº 12.343, de 30 de dezembro de 2024), devido ao baixo valor e ao bem da economia processual, a presente contratação se dará por dispensa de licitação.
- 2.2 Será considerado vencedor do procedimento a(s) empresa(s) que apresentar o menor valor cotado para o LOTE/GRUPO/ITEM.
- 2.3 O presente caso é de Dispensa de Licitação, conforme Art. 75, inciso II, c/c § 3º, da Lei Federal nº. 14.133/21, onde as contratações de que trata os Incisos I e II, do caput do artigo citado serão preferencialmente precedidas de <u>divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial do Município</u>, pelo prazo mínimo de <u>3 (três) dias úteis</u>, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.







2.3.1 - Conforme o § 3º do artigo 75 da Lei Federal nº. 14.133/21, o Município de Porteiras, poderá obter propostas adicionais de <u>eventuais interessados</u>, inclusive das empresas que já apresentaram orçamentos (quando for o caso), com o objetivo de selecionar a proposta mais vantajosa para a administração Municipal.

2.4 - A locação dos materiais em pauta se faz necessária para a devida decoração de diversos ambientes por ocasião de atos administrativos ou eventos de pequeno porte, que requer a devida omamentação para bem acolher a população participante das ações administrativas, visto que, por se tratar, em sua maiona, de artigos considerados de luxo, não compõem o rol de patrimônio do município.

3 - DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO

- 3.1 A solução proposta abrange a necessidade de Locação de estruturas e acessórios de decoração para suprir eventuais necessidades relacionadas ao Gabinete do Prefeito e Vice do Município de Porteiras/CE.
- 3.2 Considerando a natureza dos serviços propostos ser de caráter contínuo e de extrema necessidade para o município de Porteiras, conforme as considerações já mencionadas, não há outra solução para a Secretaria/Fundo Municipal a não ser a realização do presente processo, a fim de contratar empresa que possam executar os relevantes serviços.
- 3.3 O serviço que se pretende contratar se enquadra em serviços executados de forma contínua, visto que, segundo a Instrução Normativa 5/2017 artigo 15, os serviços prestados de forma contínua são aqueles que, pela sua essencialidade, visam a atender à necessidade pública de forma permanente e contínua, por mais de um exercício financeiro, assegurando a integridade do patrimônio público ou o funcionamento das atividades finalísticas do órgão ou entidade, de modo que sua interrupção possa comprometer a prestação de um serviço público ou o cumprimento da missão institucional.

4 - DA JUSTIFICATIVA PARA O NÃO PARCELAMENTO DA SOLUÇÃO

- 4.1 A opção pelo não parcelamento do objeto se deve aos seguintes motivos:
- 4.1.1 O objeto contratual é contínuo e indivisível, sendo mais vantajosa a contratação do ponto de vista da eficiência técnica, em virtude da possibilidade de concentração de responsabilidade pela fiscalização adequada dos serviços em uma só empresa, permitindo melhores resultados. Além disso, os serviços que se pretende são relacionados entre si e usualmente executados por uma única empresa, o que leva a conclusão de que a concentração do objeto por preço global não ocasionará restrição à competitividade buscada na contratação.
- 4.1.2 Fundamentação: Justificativas para o parcelamento ou não da solução (art. 9°, inciso VII da IN SEGES № 58/2022). Devendo ser identificado se o objeto é composto por itens divisíveis ou não, de acordo com suas características técnicas e peculiaridades de comercialização no mercado, importante informação para decisão acerca do critério de adjudicação do objeto (por item, por grupos ou global). Jurisprudência consolidada conforme Súmula TCU 247/2004.
- 4.2 Adjudicação será por preço global, e o parcelamento não será adotado por se tratar de contratação direta por Dispensa de Licitação, em relação à comercialização do serviço, Contratação Direta Lei 14.133/2021, está contratação diz respeito a serviços de natureza indivisível, ficando justificado o não parcelamento da solução.

5 - DA CLASSIFICAÇÃO DOS SERVIÇOS E DOS REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

- 5.1 O objeto da contratação tem a natureza de serviço comum, uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos do inciso XIII do art. 6º da Lei nº 14.133/2021.
- 5.2 Devido aos valores da contratação, o objeto poderá ser contratado mediante dispensa de licitação com fundamento no artigo 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.
- 5.3 Sustentabilidade: o objeto contratado deverá atender às exigências determinadas pelo Guia Nacional de Contratações Sustentáveis.
- 5.4 A Contratada deverá estar com todas as suas obrigações trabalhistas e fiscais regulares de acordo com as normas estabelecidas pelas esferas Federal, Estadual e Municipal.
- 5.5 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.







5.6 - Não haverá exigência de garantia contratual da execução.

6 - DO MODELO DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 6.1 Início da execução do objeto será após assinatura do contrato.
- 6.2 O prazo de vigência da contratação será **12(doze) meses**, contados da assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei n° 14.133/2021, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133/2021.
- 6.3 Caso haja necessidade de prorrogação contratual, a contratada poderá solicitar à Administração, e será analisada a possibilidade.
- 6.4 A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:
- a) Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de prestação dos serviços tem natureza continuada:
- b) Seja juntado relatório que discorra sobre a execução do contrato, com informações de que os serviços tenham sido prestados regularmente;
- c) Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na realização do serviço;
- d) Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;
- e) Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.
- 6.5 O contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.
- 6.6 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.
- 6.7 Nas eventuais prorrogações contratuais, os custos não renováveis já pagos ou amortizados ao longo do primeiro período de vigência da contratação deverão ser reduzidos ou eliminados como condição para a renovação.
- 6.8 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação

7 - DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 7.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 7.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila
- 7.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 7.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato
- 7.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).
- 7.6 O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no mesmo, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.
- 7.6.1 O fiscal do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas a execução do mesmo, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.
- 7.6.2 Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para o feito.







- 7.6.3 O fiscal informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 7.6.4 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 7.7 O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelo(s) fiscal(is) do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.
- 7.8 O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 7.8.1 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 7.9 O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato, contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento, a exemplo da ordem de serviço/compra, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.
- 7.9.1 O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.
- 7.9.2 O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.
- 7.9.3 O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o <u>art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021</u>, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.
- 7.10 O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou prorrogação contratual.
- 7.11 A contratada deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-la na execução do contrato.
- 7.11.1 A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo órgão ou entidade, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

8 - DO PAGAMENTO

- 8.1 Preço
- 8.1.1 No valor cotado estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 8.2 Forma de Pagamento
- 8.2.1 O pagamento será realizado mensalmente, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela contratada.
- 8.2.2 Será considerado a data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 8.3 Prazo de Pagamento







- 8.3.1 O pagamento será efetuado mensalmente, no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados do recebimento da Nota Fiscal/Fatura.
- 8.3.2 Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.
- 8.4 Condições de Pagamento
- 8.4.1 A emissão da Nota Fiscal/Fatura será precedida do recebimento definitivo do objeto da contratação, conforme disposto neste instrumento.
- 8.4.2 O setor competente para proceder o pagamento deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- a) o prazo de validade;
- b) a data da emissão;
- c) os dados do contrato e do órgão contratante;
- d) o período respectivo de execução do contrato;
- e) o valor a pagar; e
- f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.4.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o pagamento ficará sobrestado até que a contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a contratante;
- 8.4.4 A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
- 8.4.5 Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas na contratação:
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 8.4.6 Constatando-se a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.
- 8.4.7 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.4.8 Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.
- 8.4.9 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação.
- 8.4.10 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 8.4.10.1 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 8.4.11 A contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

9 – DA FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR







- 9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de dispensa de licitação, com fundamento na hipótese do art. 75, inciso II da Lei n.º 14.133/2021, que culminará com a seleção da proposta de menor preço global.
- 9.2 Previamente à celebração do contrato, a Administração verificará o eventual descumprimento das condições para contratação, especialmente quanto à existência de sanção que a impeça, mediante a consulta a cadastros informativos oficiais, tais como:
- a) SICAF;
- b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);
- c) Cadastro Nacional de Empresas Punidas CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (https://www.portaltransparencia.gov.br/sancoes/cnep).
- 9.3. A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa fornecedora e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei n° 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.
- 9.4. Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.
- 9.5 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.
- 9.6 Caso atendidas as condições para contratação, a habilitação do fornecedor será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos.
- 9.7 É dever do fornecedor manter atualizada a respectiva documentação constante do SICAF, ou encaminhar, quando solicitado pela Administração, a respectiva documentação atualizada.
- 9.8 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.
- 9.9 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 9.10 Para fins de contratação, deverá o fornecedor comprovar os seguintes requisitos de habilitação, conforme disciplinado no Aviso de Contratação Direta.

10 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1 - As despesas do futuro contrato correrão por conta de recursos próprios, previstos na seguinte dotação orçamentária:

Órgão	Unid. Orç.	Projeto/Atividade	Elemento de Despesa
02	01	04.122.0012.2.005.0000	33903999

11 - DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

- 11.1 Considerando a baixa complexidade do objeto e o baixo valor a ser contratado, não havendo necessidade de requisitos complementares, pactuação de níveis de serviço ou análise mais detida quanto à existência de soluções alternativas, foi dispensada da instrução a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares.
- 11.2 Lembramos ainda que o Município de Porteiras regulamentou através do **Decreto Municípal nº 305, de 08 de março de 2023**, que trata sobre a elaboração de Estudos Técnicos Preliminares ETP, para a aquisição de bens e a contratação de serviços e obras, no âmbito Municipal, sobre o ETP, em seu art. 19, inciso I, faculta a realização de estudos técnicos preliminares nos casos de dispensa de licitação por baixo valor, conforme previsto no Art. 75, incisos I e II da Lei Federal nº 14.133/2021.

Decreto Municipal nº 305, de 08 de março de 2023.







Art. 19. âmbito municipal, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar será:

I - facultado nas hipóteses dos incisos I, II, VII e VIII do art. 75 e do § 7º do art. 90 da Lei nº 14.133, de 2021.

11.3 - Assim diante do fato da lei facultar a elaboração do ETP nos casos de dispensa de licitação, da baixa complexidade do objeto e do valor, foi dispensado o estudo técnico preliminar no presente caso.

12 - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 12.1 Poderá o Município de Porteiras, através do(a) Gabinete do Prefeito e Vice revogar o presente Processo, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.
- 12.2 O Município de Porteiras, através do(a) Gabinete do Prefeito e Vice deverá anular o presente Processo, no todo ou em parte, sempre que acontecer ilegalidade, de ofício ou por provocação.
- 12.3 A anulação do Processo não gera direito à indenização, ressalvada o disposto no parágrafo único do Art. 71 da Lei Federal nº. 14.133/21.
- 12.4 Após a fase de classificação das propostas, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Administração.
- 12.5 Em caso de manifestação de desistência do fornecedor, fica caracterizado descumprimento total da(s) obrigação(ões) assumida(s), sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas e à imediata perda da garantia de proposta, caso haja, em favor do órgão ou entidade promotora, conforme estabelecido no Art. 90, § 5º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 12.6 Salientamos que se porventura alguma situação não prevista neste Instrumento ocorrer, todas as consequências de sua existência serão regidas pela Lei Federal nº 14.133/2021.

13 - DO FORO

13.1 - Fica eleito o Foro da Comarca de Porteiras/CE para dirimir os litígios que decorrerem da execução do futuro Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133/21.

PORTEIRAS/OE, 25 de Setembro de 2025.

Elisabeth Gabriel da Silva Ordenador(a) de Despesas

Gabinete do Prefeito e Vice